

A PRÁTICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM AMBIENTES SOCIOMORAIS COOPERATIVOS E COERCITIVOS EM SITUAÇÃO ESCOLAR

Loriane Trombini Frick

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Cornélio Procopio

Agência financiadora: FAPESP

Resumo

Este trabalho versa sobre as correspondências que podemos tecer entre o caráter das relações interpessoais nos ambientes escolares, os estilos de resolução de conflitos adotados pelos professores e os modos de agir dos alunos perante conflitos entre pares. Para tanto, realizamos observações em duas salas de aula, que compunham ambientes sociomoraes distintos (um mais coercitivo e outro mais cooperativo), dos anos iniciais de Ensino Fundamental em escolas da rede pública numa cidade do interior do estado de São Paulo. Os participantes da pesquisa tinham entre oito e dez anos. Realizamos observações e através destas preenchemos uma ficha para caracterização dos ambientes sociomoraes. Aplicamos um questionário aos alunos com situações hipotéticas de conflitos, para identificar e categorizar os estilos de resolução de conflitos dos alunos e sua percepção sobre como os professores resolvem conflitos e como deveriam resolver. Os dados coletados foram analisados quantitativa e qualitativamente. Os dados obtidos indicam que, no ambiente A (coercitivo), a professora resolvia conflitos de forma autoritária. Os estilos de resolução de conflitos dos alunos foram, predominantemente, agressivo e submisso. No ambiente B (cooperativo), a professora usava mais o diálogo para resolver conflitos. Os estilos de resolução de conflitos apresentados pelos alunos, nas observações, aproximaram-se mais do assertivo; já nos questionários, foram predominantemente submissos e alguns assertivos. Concluímos que as relações interpessoais estabelecidas na escola, especialmente em sala de aula, promovidas pelos professores, incidem, sobremaneira, na formação do ambiente sociomoral e no modo como os conflitos são resolvidos pelos alunos. Esses estilos de resolução de conflitos, por sua vez, interferem nas relações interpessoais, como um ciclo.

Palavras-chave: educação; ambiente sociomoral; conflitos interpessoais; estilos de resolução de conflitos.

Introdução

As situações de conflitos interpessoais são comuns e recorrentes no ambiente escolar (VINHA, 2003; LEME, 2004; VICENTIN, 2009; TOGNETTA et al. 2010) tanto em escolas públicas quanto em escolas particulares. No entanto, na maioria das escolas os conflitos interpessoais são resolvidos pelos professores, mesmo os que ocorrem entre alunos. Os professores usam castigos, sanções expiatórias, ameaças, gritos, advertências, impõem regras, expõem os alunos, chegando, muitas vezes, a

humilhá-los perante os colegas (TOGNETTA; VINHA; RAMOS, 2010). Porém, o que se percebe é que tais ações não surtem tanto efeito, e os conflitos continuam existindo.

Preocupados com essa realidade, desenvolvemos uma pesquisa (FRICK, 2011) com vistas a investigar e analisar as relações entre o caráter das relações sociomorais nos ambientes escolares estabelecidos pelos professores e os modos de agir dos alunos perante conflitos entre pares e a possível incidência de bullying entre eles. Neste trabalho, apresentaremos apenas as conclusões referentes aos dados encontrados sobre o caráter das relações estabelecidas nos ambientes e a resolução de conflitos pelos professores e alunos.

Resolução de conflitos interpessoais e os ambientes sociomorais cooperativos e coercitivos em situação escolar

Compreendemos os conflitos interpessoais como as interações entre as pessoas nas quais há algum desequilíbrio (VINHA; TOGNETTA; RAMOS, 2010), que podem ser resolvidos de modo pacífico ou violento dependendo dos recursos cognitivos e afetivos dos envolvidos e dos contextos sociais onde ocorrem (LEME, 2004). Consideramos, ainda, que conforme os conflitos sejam resolvidos podem ser potencializadores do desenvolvimento humano, por conseguinte, positivos (PIAGET, 1932/1994).

Recursos cognitivos e afetivos são ativados conjuntamente, no processo de resolução de conflitos. Entretanto, as pessoas podem pensar e agir de formas diferentes, dependendo de inúmeros fatores, como idade, cultura, experiências vividas, entre outros. Assim, nem todos reagem da mesma maneira: enquanto algumas pessoas tentam resolver o problema de modo positivo e harmônico, buscando satisfação às partes (que passam a se sentirem respeitadas e justicadas); outras agem de modo agressivo, dificultando ou até impossibilitando a resolução da situação, causando sofrimento e insatisfação, fomentando um sentimento de injustiça entre as partes envolvidas, podendo ocasionar ainda mais conflitos.

Autores da Psicologia que estudam os conflitos interpessoais – entre eles Leme (2004), Vicentin (2009), Deluty (1979 apud LEME 2004) – apontam três tendências de resolução de conflitos: agressivas, submissas ou assertivas, as quais variam e podem ser influenciadas pela idade, cultura e pelo gênero. Chamamos tais tendências de estilos, por compreender que as pessoas apresentam ações, atitudes diferentes, perante as situações de conflitos interpessoais. Entendemos que essas ações são fruto de uma

construção interna elaborada pelo sujeito a partir de suas vivências e, portanto, podem variar.

Segundo Leme (2004), o estilo de resolução de conflitos mais estudado na literatura é o agressivo, por envolver, talvez, maior risco aos envolvidos. É também o mais complicado de se definir, pois a agressão pode tomar diferentes modos de manifestação, desde o ataque físico às formas mais veladas, como a psicológica.

De modo geral, usar a agressividade para resolver um conflito significa usufruir de comportamentos explícitos de defesa dos próprios direitos e opiniões em detrimento, dos direitos e opiniões dos demais, apelando para atos de coerção, violência e desrespeito. Assim, a agressividade não é a forma mais adequada de resolução de conflitos, em função dos danos que pode ocasionar aos envolvidos e para a qualidade das relações interpessoais.

O comportamento submisso configura-se pelo não enfrentamento da situação, através de atitudes de fuga ou esquivas. Consideram-se os direitos, ideias, opiniões do outro em detrimento aos seus. A reação de submissão não é resultante da compreensão e consentimento relativos à perspectiva do outro, mas sim da dificuldade de enfrentamento do conflito.

Por não envolver confronto é o estilo mais desejado socialmente, sendo muitas vezes incentivado. Leme (2004) ressalta, porém, que, segundo Deluty (1979) o não enfrentamento da situação nem sempre é motivado pelo interesse em se comportar conforme o socialmente desejado; mas, muitas vezes, simplesmente, pelo medo do confronto. Nesse sentido o comportamento submisso seria o verso do agressivo. A autora ressalta, a partir de suas pesquisas, que tanto os sujeitos com estilo submisso quanto os com estilo agressivo têm consciência que seu comportamento é inadequado, no entanto, encontram dificuldade em considerar respostas não agressivas e não submissas para resolver conflitos.

Assim como o comportamento agressivo, consideramos o comportamento submisso inadequado, visto que o sujeito valoriza o outro e desvaloriza a si mesmo. A relação entre os envolvidos torna-se assimétrica, desigual, o que também não contribui para a qualidade das relações interpessoais.

O estilo assertivo é, sem dúvida, o modo de resolução de conflitos mais desejado. Envolve o enfrentamento do conflito, aspectos de reversibilidade, defesa de opiniões e direitos, sem, entretanto, usar a agressão ou desrespeito às opiniões e direitos

do outro e dos seus. Um sujeito assertivo considera os seus direitos e deveres na mesma proporção que o faz em relação aos direitos e deveres alheios.

Em suma, o comportamento agressivo caracteriza-se pelo uso de formas coercitivas, como a violência ou o desrespeito ao direito e à opinião alheios, no enfrentamento da situação conflituosa. O comportamento assertivo envolve também o enfrentamento do conflito, porém, sem uso de qualquer tipo de coerção, de modo que os direitos de ambas as partes são respeitados. Já o comportamento submisso configura-se pelo não enfrentamento da situação, ou seja, o sujeito se esquia ou foge do problema, considerando os direitos e sentimentos do outro, em detrimento aos seus.

Os estilos de resolução de conflitos agressivo, submisso e assertivo estão presentes na escola e contribuem, de alguma forma, para a construção de um tipo de ambiente escolar. Comportamentos agressivos e submissos tendem a propiciar o desenvolvimento de ambientes coercitivos (nos quais as relações são estabelecidas com base, fundamentalmente, no respeito unilateral – na coação adulta / professor), enquanto comportamentos assertivos tendem a proporcionar o desenvolvimento de ambientes cooperativos (em que as relações se constituem, essencialmente, no respeito mútuo e na cooperação). Do mesmo modo, quando se constrói esses ambientes (coercitivos ou cooperativos), os comportamentos agressivos, submissos ou assertivos são reforçados, como um círculo vicioso: comportamento / ambiente / ambiente / comportamento.

Os ambientes cooperativos e coercitivos são ambientes sociomoraes, caracterizados por Devries e Zan (1998) como a rede de relações interpessoais que forma a experiência escolar da criança (relacionamento da criança com o professor, com outras crianças, com os estudos e com as regras). As salas de aula caracterizam-se por um determinado tipo de ambiente sociomoral, ou seja, aquele que promove o desenvolvimento da autonomia - cooperativo, ou o que promove o desenvolvimento da heteronomia – coercitivo (PIAGET, 1932/1994).

Nos ambientes coercitivos há aplicação constante de punições expiatórias e o predomínio da moral heterônoma. Trata-se de relações baseadas na obediência pura; na dependência do outro. Nesse ambiente, a maioria dos conflitos entre alunos é resolvida pelo professor, que retira dos alunos o controle do próprio conflito, ou reage de forma a ignorar, evitar ou transferir a responsabilidade de trabalhar os conflitos ocorridos para outras pessoas, como o diretor ou os pais, por exemplo. Obriga a pedir desculpas, força os alunos a darem apertos de mão ou abraços, para assim “resolver” o problema, dentre outras inúmeras ações. Com relação aos conflitos ocorridos entre professor-aluno, as

atitudes mais comuns dos professores, nesse ambiente, podem ser exemplificadas por: ignorar o problema, humilhar o aluno, desconsiderar seu ponto de vista, quando é o aluno que se sente injustiçado. Já quando o professor se zanga, este pode aplicar castigos, punições, usar de seu poder para impor sua vontade e seu ponto de vista, além de também humilhar e desconsiderar os sentimentos dos alunos.

Nos ambientes cooperativos, há aplicação de sanções por reciprocidade, quando necessárias, e o predomínio da moral autônoma. As relações são embasadas na cooperação e no respeito mútuo. Nesse tipo de ambiente, as crianças vão, aos poucos, substituindo as relações fundamentadas na obediência por outras baseadas na reciprocidade. Por essa razão, nesse ambiente, o professor reconhece que o conflito vivenciado pelas crianças não lhe pertence, de sorte que são estas quem deve resolvê-lo. Age como um mediador, de modo a incentivar e auxiliar a resolução do conflito, mas não solucioná-lo. Reconhece os sentimentos dos alunos e propõe o diálogo. E quando os conflitos ocorrem entre professor-aluno, o professor atenta para restabelecer o relacionamento, reconhece e respeita os sentimentos dos alunos, evidencia igualmente o que está sentindo, busca uma solução conjunta com o aluno ou, quando a situação está fora do seu controle, pede ajuda para outro professor.

Estudos de Araújo (1993, 2001), Lukjanenko (1995), Vinha (2003), Tognetta (2003) e Leme (2006) confirmam que as características do ambiente sociomoral influenciam, significativamente, no modo como os professores compreendem e solucionam conflitos. Mostram, ainda, que o ambiente cooperativo proporciona melhores condições para que os sujeitos resolvam conflitos de modo assertivo. O ambiente coercitivo, ao contrário, não só promove os conflitos interpessoais não os resolvendo, como pode favorecer o aparecimento de outras formas de violência, como o bullying.

Participantes da pesquisa

Para a realização desta pesquisa (FRICK, 2011), foram selecionadas duas classes onde as professoras possuíam modos diferentes de organização pedagógica e disciplinar e constituíam ambientes sociomorais em suas classes consideravelmente distintos. Elas foram indicadas pela direção das escolas como tendo classes com maior ou menor número de conflitos. A classe da professora do ambiente A era de “2ª série de Recuperação de Ciclo” (alunos que haviam completado a antiga 2ª séries do Ensino Fundamental), com 13 alunos (10 meninos e 3 meninas). A sala de aula da professora

do ambiente B era de 4ª ano do Ensino Fundamental, com 22 alunos (8 meninos e 14 meninas). Os alunos das duas turmas tinham idades entre 8 e 10 anos.

Local e instrumentos

A pesquisa (FRICK, 2011) foi realizada em duas escolas públicas de Ensino Fundamental localizadas numa cidade do interior de São Paulo. Para atender aos objetivos, a pesquisa contou com:

- Observações: foram realizadas treze seções de observação em cada classe ao longo do 2º semestre de 2009 (ambiente A) e 1º semestre de 2010 (ambiente B), totalizando 26 seções. Cada seção durou em média três horas. As observações permitiram identificar: os conflitos interpessoais - como surgiam, quais as soluções buscadas pelos alunos e professores, no modo como os professores trabalhavam no sentido de orientar a resolução de conflitos dos alunos; se havia regras (quais eram, como foram elaboradas, se todos tinham consciência das mesmas e as cumpriam); como era a relação professores/alunos e alunos/alunos; como eram as atividades desenvolvidas em sala – se promoviam a cooperação ou não.

- “Ficha de Observação do Ambiente Escolar e as Relações Autoritárias/Cooperativas” (TOGNETTA, 2003): este instrumento destaca os principais elementos desses ambientes sociomoraes relativos às regras, às relações entre professor e alunos e entre os alunos, às atividades e às formas de resolução de conflitos pelo professor e pelos alunos. Para cada item são atribuídos pontos numa escala de 1 a 3. A escala crescente é usada para distinguir se as propostas são mais coercitivas (1), se tendem à cooperação (2) ou se são mais cooperativas (3). Ao final os pontos são somados e os ambientes avaliados segundo uma escala de pontuação, a qual permite identificar se estes ambientes são coercitivos, propensos à cooperação ou cooperativos.

- Questionário sobre conflitos: para melhor compreender como os alunos resolvem conflitos (e assim identificar qual o estilo predominante de resolução de conflitos destes) elaboramos um questionário, inspirado em Vicentin (2009), que inclui três situações hipotéticas de conflitos entre pares e entre alunos e a professora. Para cada situação os alunos descreveram o que fariam perante o conflito e o porquê, como acreditavam que sua professora resolveria e como esta deveria agir.

Resultados

Pelas observações realizadas no ambiente A e no ambiente B obtivemos dados relativos às regras, às relações interpessoais (professor-aluno e aluno-aluno), às atividades propostas e às formas de resolução de conflitos. Tais informações serviram como fundamento para completarmos a “Ficha de observação dos ambientes escolares e as relações autoritárias/cooperativas” (TOGNETTA, 2003).

O ambiente A, com 75 pontos, foi caracterizado como fundamentalmente coercitivo na maioria dos itens, por apresentar mais relações do tipo coercitivas, entre professora e crianças, pautadas no respeito unilateral. Nesse ambiente, a professora impunha regras e aplicava sanções expiatórias como punições, ameaças, conselhos e lições de moral. A disposição da sala de aula e as atividades não proporcionavam a cooperação; a professora resolvia a maioria dos conflitos pelos alunos, pedindo que estes se desculpassem e fizessem carinhos, ou ignorando os conflitos ocorridos entre mesmos.

Já o ambiente B, com 162 pontos, foi categorizado como predominantemente cooperativo na maioria dos itens, dentre os quais ressaltamos a utilização de regras em função das necessidades, o uso de sanções por reciprocidade por parte da professora em situações de conflitos, a oportunidade de troca de papéis e a atenção por parte da professora para que todos expressassem suas ideias. Outro ponto relevante era o bom relacionamento entre alunos, pois respeitavam os colegas e os auxiliavam de modo espontâneo, sendo incentivados pela professora. Os alunos demonstravam autonomia cuidando do ambiente e do seu material. A professora procurava propor atividades com desafios e que incentivassem a cooperação e o confronto de ideias. Perante conflitos, a professora agia como mediadora, insistindo para que os envolvidos na situação expressassem seus sentimentos e opiniões na busca de uma solução. Os alunos demonstravam iniciativa de resolver pequenos problemas sem buscar auxílio com a professora, utilizando-se de argumentos verbais.

Os estilos de resolução de conflitos adotados pelos alunos foram percebidos através do questionário sobre conflitos e das observações que realizamos. Lembramos que para cada situação hipotética perguntamos aos alunos o que estes fariam e por quê. Questionamos, também, sobre o que pensavam que seus professores fariam e o que deveriam fazer caso vissem ou soubessem do fato.

Apresentamos primeiramente os estilos de resolução de conflitos nas histórias predominantes em cada ambiente. Categorizamos as respostas com base nas ações e

justificativas dos alunos frente as situações hipotéticas. No ambiente A (coercitivo) 74,36% das respostas foram categorizadas como submissas, seguidas por 12,82% de respostas agressivas. As respostas enquadradas como mistas apresentaram-se como 7,69% submissa-agressiva e 5,13% assertiva-submissa. Não houve participantes que tendessem predominantemente para as categorias assertiva ou assertiva-agressiva.

Já no ambiente B (cooperativo), as respostas evidenciaram que 92,42% ocorriam dentro do estilo de resolução de conflitos submisso. Apenas 4,55% das respostas foram categorizadas como agressivas, seguidas de 3,03% de respostas assertivas. Não houve sujeitos que tendessem predominantemente para as categorias assertiva-submissa, submissa-agressiva ou assertiva-agressiva. Tais dados nos permitiram ponderar que ainda que o ambiente sociomoral B não fosse completamente cooperativo, fato comprovado quando os participantes mostram-se muito mais submissos, as relações estabelecidas nesse ambiente podem favorecer, ao menos um pouco mais à assertividade.

Os dados apresentados sobre os estilos predominantes de resolução de conflitos confirmam os encontrados pelas observações no ambiente A e mostram diferenças no ambiente B. Evidenciamos, através das observações, que no ambiente A (coercitivo), entre pares, os alunos usavam mais formas agressivas para resolver conflitos. Uma aluna, apenas, apresentava comportamento continuamente submisso perante os insultos e humilhações de seus colegas, e outros dois alunos alternavam comportamentos submissos e agressivos. Os alunos ameaçavam, excluía, riam, faziam piadas, brigavam, batiam, empurravam, ou se submetiam. No entanto, na presença da professora, quando ocorriam conflitos, era esta quem intervinha, na maioria das vezes, seja porque as crianças recorriam a ela, ou porque, ao perceber a situação, ela considerava correto tentar solucionar pelos envolvidos através de lições de moral e sanções expiatórias. Muitas vezes, expunha-os, e, algumas vezes, dizia o que eles possivelmente estavam sentindo, exigindo que pedissem desculpas.

Quando ocorriam conflitos na hora do recreio, estes eram frequentemente ignorados pela professora. Ao contrário, os conflitos entre a professora e os alunos, em sala de aula, eram resolvidos pela professora através de ameaças e sanções expiatórias. Os alunos não tinham a oportunidade de expressar seus pontos de vista, sentimentos ou ideias. A intensa intervenção da professora em situações de conflitos, em sala de aula, usando de formas coercitivas para resolvê-los, parece ser percebida e legitimada pelos

alunos, que ainda heterônomos, demonstraram no questionário e nas observações estilo predominante submisso, e, também, agressivo de resolução de conflito.

Já no ambiente B (cooperativo), as observações evidenciaram que os alunos tinham iniciativa para resolver conflitos interpessoais, procurando chegar a acordos, mais através do diálogo do que formas coercitivas. A professora agia como mediadora quando ocorriam conflitos entre os alunos, usando o diálogo. Ela não usava sanções expiatórias, ameaças, recompensas, e, tampouco incitava a delação. Presenciamos poucas vezes os alunos recorrendo à professora para solucionar seus problemas. Quando estes queriam delatar seus colegas, a professora respondia que fazer fofoca não era correto e que, portanto não gostava. O que não significa que a professora não desse importância aos conflitos ocorridos. Percebemos, no entanto, certa diferenciação entre regras morais e convencionais, ou seja, elas não são tratadas com o mesmo valor. Por isso, no ambiente B as observações mostram tendências diferentes da submissa encontrada predominantemente através do questionário. Pensamos que estes alunos, por mais cooperativos que sejam em suas ações, em nível de consciência são ainda heterônomos e, portanto, legitimam a interferência da autoridade na resolução de conflitos.

Através do questionário identificamos a percepção dos alunos sobre as atitudes das professoras frente às situações hipotéticas de conflitos. Nos dois ambientes, grande parte dos alunos indicou que se a professora visse ou soubesse do fato ela iria intervir, e muitos sugeriram o uso de punições. No entanto, no ambiente B os alunos apontaram, além das formas coercitivas, que a professora faria uso do diálogo para intervir nas três situações apresentadas. Já no ambiente A o diálogo apareceu apenas no primeiro conflito e nas respostas de apenas quatro alunos.

No momento de responder o que a professora deveria fazer perante tais situações, os alunos dos dois ambientes, indicaram ações punitivas, em sua maioria. Entretanto, os alunos do ambiente B se destacaram por considerar correto não só punir, mas alguns já legitimam o uso do diálogo, indicando-o como atitude correta por parte da professora, perante conflito entre pares.

Por estas respostas, percebemos que os alunos não só reconhecem as ações das professoras, como, em alguns casos, legitimam tais atitudes. No ambiente A, como vimos nas observações, a professora interferia a todo o momento nos conflitos ocorridos em sala de aula, usando de medidas punitivas e ameaças. Os alunos reconhecem e indicam que esta agiria com medidas punitivas frente às situações, e que o correto seria

ela aplicar sanções expiatórias. No ambiente B, percebemos com as observações que a professora intervinha pouco nos conflitos entre pares e quando necessário, agia mais como mediadora, incentivando o diálogo. Os alunos desse ambiente, apesar de indicarem medidas punitivas, talvez em função da sua heteronomia, apontaram, contudo, para o uso do diálogo por parte da professora, como atitude correta a ser tomada. É importante destacar que ao legitimar uma ação, ou seja, considerá-la correta, os alunos podem, também, se sentir no direito de fazer o mesmo. O que no caso de atitudes coercitivas pode fomentar atitudes injustas com seus pares, como o desrespeito e ações violentas.

Considerações finais

Com a pesquisa (FRICK, 2011) constatamos, de modo geral, que as relações interpessoais estabelecidas na escola, especificamente em sala de aula, proporcionadas e fomentadas pelos professores, influenciam, sobremaneira, na formação do ambiente sociomoral (mais cooperativo ou mais coercitivo) e no modo como os conflitos são resolvidos pelos alunos. Esses estilos de resolução de conflitos, por sua vez, interferem nas relações interpessoais.

Num ambiente coercitivo – em que o professor impõe as regras; faz uso de sanções expiatórias, gritos e ameaças; expõe os alunos, ridicularizando-os e envergonhando-os; proporciona, principalmente, a realização de atividades individuais, sem trocas e discussões; resolve os conflitos pelas crianças; ameaça e expõe os envolvidos nas situações de conflitos ou ignora conflitos ocorridos entre alunos – os alunos encontram maior dificuldade de trocar ideias, ponderar diferentes pontos de vista, considerar e respeitar os direitos dos outros, sem desconsiderar os seus, promovendo, assim, práticas submissas e agressivas de resolução de conflitos.

Diferentemente, num ambiente cooperativo – onde o professor estabelece regras de acordo com as necessidades e em conjunto com os alunos; aplica, quando necessário, sanções por reciprocidade; proporciona momentos nos quais as crianças possam expressar seus sentimentos, opiniões e ideias; respeita os alunos; oportuniza atividades que favorecem a cooperação; faz a mediação da resolução de conflitos, permitindo que os envolvidos se expressem; conversa, particularmente, com os envolvidos em situações de conflitos – os alunos têm maiores oportunidades de trocar ideias para chegar a acordos e aprender a considerar e respeitar as opiniões, desejos e direitos dos outros,

buscando, da mesma maneira, ser respeitados. São atitudes necessárias para a construção de formas cooperativas (assertivas) de resolução de conflitos.

Retomamos o papel da educação, destacando a formação integral do indivíduo para a ética e para a autonomia. Diferentes documentos legais apontam para essa responsabilidade da escola quanto à formação moral do indivíduo, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1997). Os objetivos propostos em tais documentos deveriam servir para a elaboração dos Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas.

A escola precisa se dar conta e assumir seu percentual de responsabilidade sobre a educação moral dos alunos, percebendo essa educação como processo integrante e intrínseco do ato de educar. Todavia, a realidade tem mostrado que a Educação Moral ou pouco acontece nas escolas como parte de suas responsabilidades ou, quando está presente, é bastante deficitária.

Considerando a forte influência das relações interpessoais estabelecidas em sala de aula sobre o modo como os alunos interagem e resolvem conflitos entre pares concluímos que a escola precisa estar atenta à qualidade das relações que está promovendo. Nossa pesquisa (FRICK, 2011) verificou que os alunos precisam vivenciar relações cooperativas, solidárias e justas, pois, através destas, terão oportunidades de construir outras formas de resolução de conflitos mais assertivas do que agressivas e submissas.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, U. F. **Um estudo da relação entre o “ambiente cooperativo” e o julgamento moral na criança.** 1993. 194f. Dissertação (Mestrado em educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. O ambiente escolar cooperativo e a construção do juízo moral infantil: sete anos de estudo longitudinal. **Revista Online Biblioteca Professor Joel Martins**, São Paulo, Campinas, v. 2, n. 2, p. 1-12, fev. 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2009.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, v.8, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, v.1, 1998.

DEVRIES, R.; ZAN, B. **A ética na educação infantil**: o ambiente sócio-moral na escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FRICK, L. T. **As relações entre os conflitos interpessoais e o bullying**: um estudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental de duas escolas públicas. 2011, 195f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2011.

LEME, M. I. da S. Resolução de Conflitos Interpessoais: Interações entre Cognição e Afetividade na Cultura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.17, n. 3, p. 367-380, 2004.

_____. **Convivência, conflitos e educação nas escolas de São Paulo**. Instituto SM para a educação (ISME), 2006.

LUKJANENKO, M. de. F. S. P. **Um estudo sobre a relação entre o julgamento moral do professor e o ambiente escolar por ele proporcionado**. 1995, 167f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

TOGNETTA, L. R. P. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola**: uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista. Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, 2003.

_____, et al. **Um panorama geral da violência... e o que se faz para combatê-la**. Vol. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

_____.; VINHA, T. P.; RAMOS, A. de L. **Os conflitos interpessoais na escola**: concepções, intervenções e possibilidades. Anais do 8º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde: Sexualidade, Género e Saúde. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2010. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000191192fa6e88a1f289>>, acesso em: 20 de junho de 2010.

VICENTIN, V. F. **Condições de vida e estilos de resolução de conflitos entre adolescentes**. 2009, 223f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VINHA, T. P. **Os conflitos interpessoais na relação educativa**. 2003. 426 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.